

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E
RELATÓRIO DOS AUDITORES
INDEPENDENTES

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE NOSSA
SENHORA DE NAZARÉ - ABENSENA

31 DE DEZEMBRO 2023

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ - ABENSENA

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

CONTEÚDO

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Quadro 1 — Balanços patrimoniais

Quadro 2 — Demonstração dos déficits

Quadro 3 — Demonstração dos déficits abrangentes

Quadro 4 — Demonstração das mutações do patrimônio social

Quadro 5 — Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações financeiras

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores Estatutários, Conselheiros Fiscais, Administradores e Associados da
ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ – ABENSENA
São Paulo – SP

OPINIÃO

Examinamos as demonstrações financeiras da **ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ - ABENSENA** (“Associação”), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2023, e as respectivas demonstrações dos déficits, dos déficits abrangentes, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ - ABENSENA**, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 R1) e normas aplicáveis as entidades sem fins lucrativos (ITG 2002 R1).

BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Associação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião.

OUTROS ASSUNTOS

Demonstrações financeiras do exercício anterior

As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas para fins comparativos, foram por nós auditadas, cujo relatório datado em 27 de abril de 2023 foi emitido sem modificação e com parágrafos de ênfase referente ao pedido de renovação do Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social na Área da Saúde (CEBAS-Saúde). Conforme descrito na Nota Explicativa nº22, a Entidade obteve, no exercício de 2024 a renovação desse registro, o qual terá vigência até 31 de dezembro de 2024. Portanto, referido parágrafo de ênfase não consta no presente relatório dos auditores.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 R1) e normas aplicáveis as entidades sem fins lucrativos (ITG 2002 R1) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Associação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo e apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 2 de abril de 2024.

Verdus Auditores Independentes
CRC 2SP027296/O-2



Ricardo José Patine Filho
Sócio
CRC 1SP252050/O-9



Ricardo Augusto de Souza
Diretor
CRC 1SP258186/O-4

QUADRO 1

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ - ABENSENA

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores em reais)

Ativo	Nota	2023	2022	Passivo	Nota	2023	2022
Ativo Circulante				Passivo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	914.395	4.254.292	Fornecedores	9	9.511.370	8.144.865
Créditos a receber de convênios e pacientes	5	37.117.759	27.911.567	Empréstimos e financiamentos	10	5.955.029	7.063.811
Estoques	6	1.712.714	1.933.531	Obrigações trabalhistas e sociais	11	8.208.503	7.625.690
Outros créditos a receber	7	1.762.921	1.860.549	Outras contas a pagar		700.864	445.651
Total do Ativo Circulante		41.507.789	35.959.939	Partes relacionadas	12	157.748	157.748
Ativo Não Circulante				Obrigações tributárias		162.430	147.460
Depósitos judiciais	13	25.144	18.002	Total do Passivo Circulante		24.695.944	23.585.225
Imobilizado	8	152.377.879	156.215.728	Passivo Não Circulante			
(-) Depreciação	8	(4.803.604)	(4.721.387)	Empréstimos e financiamentos	10	10.737.473	1.697.672
Intangível		130.113	129.169	Partes relacionadas	12	1.091.882	1.249.630
(-) Amortização		(18.969)	(35.352)	Provisão para contingências	13	5.633.044	6.965.811
Total do Ativo Não Circulante		147.710.563	151.606.160	Total do Passivo não Circulante		17.462.399	9.913.113
Total do Ativo		189.218.352	187.566.099	Patrimônio Líquido	14		
				Patrimônio social		46.536.044	52.619.455
				Ajuste de avaliação patrimonial		100.523.965	101.448.306
				Total do Patrimônio Social		147.060.009	154.067.761
				Total do Passivo e Patrimônio Social		189.218.352	187.566.099

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 2

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ - ABENSENA

DEMONSTRAÇÃO DOS DÉFICITS DOS EXERCÍCIOS FINDOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores em reais)

	Nota	2023	2022
Receitas			
Receita operacional líquida	15	122.154.946	115.042.186
Gratuidades praticadas	22	20.886.724	19.314.396
Contribuições sociais usufruídas	24	15.966.792	14.612.286
Trabalho voluntário	25	141.013	123.710
		159.149.475	149.092.578
Custos e despesas			
Despesa com pessoal e encargos	16	(53.122.930)	(48.866.974)
Serviços médicos, materiais, medicamentos e outros	17	(58.410.407)	(46.959.475)
Despesas administrativas e gerais	18	(11.916.282)	(14.256.110)
Depreciações e amortizações		(4.822.510)	(4.756.739)
Outras (despesas) receitas operacionais líquidas	19	754.969	(2.208.408)
Gratuidades praticadas	22	(20.886.724)	(19.314.396)
Contribuições sociais usufruídas	24	(15.966.792)	(14.612.286)
Trabalho voluntário	25	(141.013)	(123.710)
		(164.511.689)	(151.098.098)
Déficit operacional antes do resultado financeiro		(5.362.214)	(2.005.520)
Receitas financeiras		1.177.640	1.512.723
Despesas financeiras		(2.823.179)	(2.182.762)
Resultado financeiro líquido	20	(1.645.539)	(670.039)
Déficit do exercício		(7.007.753)	(2.675.559)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 3

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ - ABENSENA
DEMONSTRAÇÃO DOS DÉFICITS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores em reais)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Déficit do exercício	(7.007.753)	(2.675.559)
	-	-
Resultado abrangente total	<u>(7.007.753)</u>	<u>(2.675.559)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 4
ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ - ABENSENA
**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022**

(Valores em reais)

	Patrimônio social	Ajuste de avaliação patrimonial	Déficit acumulado	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	54.370.673	102.372.647	-	156.743.320
Realização da reserva de avaliação patrimonial	924.341	(924.341)	-	-
Déficit do exercício	-	-	(2.675.559)	(2.675.559)
Absorção do déficit ao patrimônio social	(2.675.559)	-	2.675.559	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	52.619.455	101.448.306	-	154.067.761
Realização da reserva de avaliação patrimonial	924.341	(924.341)	-	-
Déficit do exercício	-	-	(7.007.753)	(7.007.753)
Absorção do déficit ao patrimônio social	(7.007.753)	-	7.007.753	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	46.536.043	100.523.965	-	147.060.008

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 5
ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ - ABENSENA
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores em reais)

	2023	2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Déficit do exercício	(7.007.753)	(2.675.559)
Ajustes para conciliação das atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	4.822.510	4.756.739
Perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa	(1.277.921)	(2.240.218)
Provisão para contingências	(1.332.766)	4.551.121
Juros com empréstimos	6.729.499	2.047.243
Juros com partes relacionadas	35.691	40.424
Superávit (déficit) do exercício ajustado	1.969.260	6.479.750
Aumento (diminuição) dos ativos		
Créditos a receber de convênios e pacientes	(7.928.271)	(5.241.220)
Estoques	220.817	287.187
Outros créditos a receber	90.486	80.985
Aumento (diminuição) dos passivos		
Fornecedores	1.366.505	2.320.325
Obrigações trabalhistas e sociais	582.813	764.902
Outras contas a pagar	270.183	(345.744)
CAIXA LÍQUIDO DECORRENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(3.428.207)	4.346.185
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisições e baixas líquidas do imobilizado e intangível	(919.771)	(2.974.887)
CAIXA LÍQUIDO DECORRENTE DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(919.771)	(2.974.887)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Captação (pagamentos) empréstimos com terceiros	1.201.520	(4.457.143)
Captação (pagamentos) com partes relacionadas	(193.439)	(214.900)
CAIXA LÍQUIDO DECORRENTE DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	1.008.081	(4.672.043)
DIMINUIÇÃO (AUMENTO) LÍQUIDO EM CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(3.339.897)	(3.300.745)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4.254.292	7.555.037
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	914.395	4.254.292
DIMINUIÇÃO (AUMENTO) LÍQUIDO EM CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(3.339.897)	(3.300.745)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ - ABENSENA

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Valores expressos em reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ – ABENSENA (“Associação”) é uma Instituição Filantrópica de direito privado, sem fins lucrativos ou econômico. Iniciou suas atividades em 02 de janeiro de 1932, com sede na Av. Nazaré, 1.361, bairro do Ipiranga, na cidade de São Paulo, SP, sendo a sua forma de constituição por prazo indeterminado. A sua finalidade é a prestação de serviços médico-hospitalares, abrangendo as mais diversas especialidades. Atua na área da saúde sob as denominações de Hospital Dom Alvarenga, Clínica Infantil do Ipiranga e Hospital Dom Antônio de Alvarenga.

A Associação possui Certificados de Utilidade Pública, outorgados pelos Decretos:

- Federal nº 48.889 de 26 de agosto de 1960;
- Estadual nº 37.311 de 04 de outubro de 1960;
- Municipal nº 4.603 de 17 de fevereiro de 1960.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando-se da premissa de continuidade operacional, e são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e com observância à Resolução do Conselho Federal de Contabilidade - CFC nº 1.409/12 que aprovou a Instrução Técnica Geral - ITG 2002 (R1), aplicáveis às “Entidades sem Finalidades de Lucros” e em conformidade com a Norma Brasileira de Contabilidade - NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para pequenas e médias empresas.

A Administração concorda que todas as informações das demonstrações financeiras, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na gestão da Associação.

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada em 2 de abril de 2024, através de Assembleia Geral Ordinária.

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pela valorização de certos ativos e passivos advindos de instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo no resultado.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão em “Real”, que é a moeda funcional da Associação. Todas as informações financeiras apresentadas são arredondadas, exceto quando indicar de outra forma.

d) Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Associação e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

e) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2023 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 5 - Perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa;
- Nota explicativa 8 - Depreciação do ativo imobilizado; e
- Nota explicativa 13 - Provisão para contingências.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Associação requerem a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Questões significativas de avaliação são reportadas para a Administração da Associação.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Associação usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Informações adicionais sobre premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão inclusas na nota explicativa nº 21 instrumentos financeiros.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS (PRÁTICAS) CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Associação em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a) Caixa e equivalentes (disponibilidade) de caixa.

Inclui caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das transações e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

b) Contas a receber de convênios e particulares

Os créditos a receber de convênios e de pacientes particulares são registradas pelo valor faturado. Valores a faturar referem-se a serviços já prestados junto a operadoras de serviços, amparados por relação contratual, que aguardam cronograma de emissão de fatura e envio.

As Perdas em crédito de liquidação duvidosa foram constituídas em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

c) Estoques

Os estoques estão relacionados, principalmente, a materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados junto aos pacientes atendidos no hospital. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio, sendo avaliado com base no custo histórico de aquisição e acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis.

Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado. A Associação realiza controle rotineiro da validade dos medicamentos excluindo e baixando-os do estoque.

d) Ativo Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico (valor original) de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perda de redução ao valor recuperável acumulada, quando necessárias.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Associação inclui o custo de materiais, mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local, e em condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado são reconhecidos no valor contábil do item, caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Associação e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Depreciação

A depreciação é calculada pelo método linear sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ao longo de sua vida útil estimada.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação a vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado.

Os métodos de depreciação, a vida útil e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Não houve em 2023, evidências sobre a necessidade de alteração da expectativa de vida útil econômica dos ativos da Associação em relação ao ano anterior.

e) Redução ao valor recuperável

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação, para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Os ativos não financeiros têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente.

A Administração da Associação efetuou os testes para os saldos dos ativos não financeiros em 31 de dezembro de 2023, e nenhum indicativo de impairment foi encontrado.

f) Obrigações trabalhistas

Contempla as provisões trabalhistas decorrentes de férias e encargos que é constituída com base na remuneração de cada funcionário e no período aquisitivo incorrido até a data do balanço.

g) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos circulantes e não circulantes são apresentados pelo seu custo de aquisição ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço.

h) Provisões (Contingências) para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas

A Associação é parte de diversos processos judiciais e administrativos. A avaliação da probabilidade de perda inclui evidências disponíveis, como a hierarquia das leis, as jurisprudências, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos e externos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita com a finalidade de liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

i) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

A Associação não pratica transações significativas de compras e vendas de longo prazo. Dessa forma foi julgado pela Administração não ser necessário aplicar ajuste a valor presentes nas transações comerciais.

j) Apuração do resultado

As receitas, os custos e as despesas das operações são reconhecidos em conformidade com o regime contábil de competência.

As receitas são reconhecidas de acordo com a prestação de serviços hospitalares, quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável, líquidas de descontos, créditos, abatimentos e possíveis glosas estimadas. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa da sua realização.

Receitas com trabalhos voluntários

As receitas com trabalhos voluntários são mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Associação haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. Em 31 de dezembro de 2023 a Associação registrou receitas e despesas relacionadas aos trabalhos voluntários nas demonstrações financeiras, observa-se em nota explicativa nº 25.

k) Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de pacientes e convênios são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Associação se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio de resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado, ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (“VJORA”) e ao Valor Justo por meio do Resultado (“VJR”).

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Associação mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

A Associação desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Associação transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Associação nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Associação desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Associação também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

l) Novos normativos (ou revisado) contábeis e interpretações, recentemente emitidas, aplicáveis em 2024 ou em exercícios futuros.

As seguintes normas ou alterações, emitidas/revisadas pelo IASB, com adoção para exercícios iniciando em, ou após, 1o de janeiro de 2023 não tiveram impactos nas demonstrações financeiras da Companhia:

- IAS 1/CPC 26 – Divulgação de políticas contábeis materiais ao invés de políticas contábeis significativas.
- IAS 8/CPC 23 – Esclarecimento sobre mudanças de estimativas contábeis, mudança nas políticas contábeis e correção de erros
- IAS 12/CPC 32 – Necessidade de reconhecimento do imposto diferido sobre as transações de arrendamentos, descomissionamento e restauração; e
- IFRS 17/CPC 50 – Norma não aplicável à Companhia;

Adicionalmente, o IASB trabalha com a emissão de novos pronunciamentos e revisão de pronunciamentos existentes, os quais entraram em vigência somente em 1º de janeiro de 2024 com a convergência dos pronunciamentos emitidos pelo CPC, sendo:

- IAS 1/CPC 26 – Classificação de passivos não circulantes, em que a empresa precisa ter o direito de evitar a liquidação por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial;
- IFRS 16/CPC 06 – Trata da responsabilidade em um retro arrendamento, efetiva para períodos iniciados em ou após 1o de janeiro de 2024.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Caixa	14.424	3.619
Bancos conta movimento	540.994	21.953
Aplicações financeiras curto prazo (a)	<u>358.977</u>	<u>4.228.720</u>
	<u>914.395</u>	<u>4.254.292</u>

As aplicações financeiras referem-se a certificados de depósitos bancários (CDB), remuneradas a taxas que rendem juros em média de 100% a 105,57% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) (100% a 104% em 2022), com liquidez imediata e mantidas com instituições de primeira linha.

A redução nos saldos de disponibilidades em 2023, provém de investimentos realizados em benfeitorias, a postergação de recebimentos relevantes de clientes, o qual originou o resultado negativo na operação do negócio, sendo necessário obter recursos mediante financiamento.

5. CRÉDITOS A RECEBER DE CONVÊNIOS E PACIENTES

Os créditos a receber de convênios e pacientes particulares, estão demonstrados a seguir:

A exposição da Associação a riscos de créditos e perdas por redução no valor recuperável relacionados à créditos a receber e a outras contas são divulgadas na nota explicativa nº 21.

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Convênios e seguradoras	42.469.209	32.611.407
Pacientes particulares	2.241.962	1.890.700
Cartões	<u>835.895</u>	<u>560.846</u>
	<u>45.547.066</u>	<u>35.062.953</u>
Perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa	<u>(8.429.307)</u>	<u>(7.151.386)</u>
	<u>37.117.759</u>	<u>27.911.567</u>

O aumento de trinta por cento no ativo financeiro, acumulou-se devido, protelação das operadoras de saúde ao longo do exercício. Segundo a ANS as operadoras de saúde ao longo de 2023 tiveram alto custos de insumos e imprecisão quanto a frequência de utilização de plano de saúde, motivo pelo qual adiou diversos pagamentos.

Os créditos a receber de convênios e pacientes particulares por vencimento apresenta-se da seguinte maneira:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
A vencer	23.037.672	22.725.754
Vencidos até 30 dias	5.159.176	949.390
Vencidos entre 31 e 180 dias	5.055.551	3.318.893
Vencidos entre 181 e 360 dias	2.696.288	2.350.354
Vencidos acima de 361 dias	9.598.379	5.718.562
	<u><u>45.547.066</u></u>	<u><u>35.062.953</u></u>

A movimentação para perdas esperadas apresentou a seguinte movimentação:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Saldo em 31/12/2022	7.151.386	4.911.168
Novas constituições	2.481.655	2.767.350
Reversões do período	(1.203.734)	(527.132)
	<u><u>8.429.307</u></u>	<u><u>7.151.386</u></u>

6. ESTOQUES

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Materiais e medicamentos	1.426.003	1.619.563
Impressos e materiais de escritório	88.554	96.018
Materiais de manutenção	54.712	41.683
Uniformes	43.600	65.620
Materiais de limpeza	32.399	26.782
Materiais descartáveis	28.888	36.153
Gêneros alimentícios	19.343	27.552
Equipamentos de proteção	12.355	13.929
Materiais de informática	6.860	6.231
	<u><u>1.712.714</u></u>	<u><u>1.933.531</u></u>

Conforme o comitê de Pronunciamento Contábeis – “CPC 16 (R1) Estoques”, o custo dos estoques da Associação é baseado no princípio do custo médio, sendo avaliado com base no custo médio de aquisição e acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. Descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes são deduzidos na determinação do custo de aquisição. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado. A Associação realiza inventário rotineiro da validade dos medicamentos excluindo e baixando-os do estoque. Por esse motivo não foi constituída provisão para perdas com estoque.

7. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

	2023	2022
Aluguéis a receber	969.803	919.606
Créditos de Funcionários	602.862	675.139
Campo Estágio	99.662	167.990
Despesas antecipadas	68.276	52.441
Adiantamentos e devoluções para fornecedores	23.562	24.350
Outros Créditos a Receber	-	21.023
	1.764.165	1.860.549

Dentre outros valores a receber da Associação, a mesma possui imóveis: prédios e casas situados na região do Ipiranga aos quais aluga a terceiros. A variação dos aluguéis ocorreu devido a reajustes com base nos índices do IGP-M e IPCA.

Os créditos de funcionários são compostos pelos adiantamentos realizados da Associação referente a férias, vale-transporte e refeição, os quais serão compensados em períodos seguintes.

O campo de estágio são contratos realizados junto a instituição de ensino, onde, a Associação concede espaço aos estudantes de diversas áreas da saúde para realizar o estágio obrigatório do curso. Em contrapartida, as instituições remuneram a Associação com valor em espécie ou concede bolsa de estudos para os funcionários do hospital.

As despesas antecipadas são apropriações a realizar referente aos contratos de seguros que o hospital possui e assinaturas de consultoria e revistas.

O adiantamento a fornecedor são pagamentos antecipados que o hospital realiza a determinado fornecedor com objetivo de adquirir certo produto ou serviço para o negócio.

8. IMOBILIZADO

Custo	Taxa	2022	Adições	Baixas e Reclassificações	Transferências	Depreciação	2023
Terrenos	0%	84.488.746	-	-	-	-	84.488.746
Imóveis e edificações	4%	51.544.511	-	127	1.080.725	(2.554.500)	50.070.863
Imobilizado em andamento	0%	3.067.751	524.530	-	(1.080.725)	-	2.511.556
Instalações	10%	1.073.394	12.550	(1.070)	-	(190.291)	894.583
Instrumentos e aparelhos de medicina	10%	5.021.841	118.992	(14.855)	-	(832.441)	4.293.537
Máquinas e equipamentos	10%	2.797.790	42.197	(11.426)	-	(457.314)	2.371.247
Móveis e utensílios	10%	3.006.013	111.346	(8.802)	-	(583.847)	2.524.710
Equipamentos de informática	20%	461.055	112.188	(2.238)	-	(180.875)	390.130
Equipamentos de segurança	10%	33.240	-	-	-	(4.336)	28.904
Saldo Líquido		151.494.340	921.803	(38.264)	-	(4.803.604)	147.574.275

Custo	Taxa	2021	Adições	Baixas e Reclassificações	Transferências	Depreciação	2022
Terrenos	0%	84.488.746	-	-	-	-	84.488.746
Imóveis e edificações	4%	53.024.451	-	-	1.017.066	(2.513.577)	51.544.511
Imobilizado em andamento	0%	3.319.710	765.108	-	(1.017.066)	-	3.067.751
Instalações	10%	1.263.806	-	(1.485)	-	(188.927)	1.073.394
Instrumentos e aparelhos de medicina	10%	3.904.925	1.876.259	(45.380)	-	(697.393)	5.021.841
Máquinas e equipamentos	10%	3.196.901	67.216	(12.857)	-	(453.470)	2.797.790
Móveis e utensílios	10%	3.559.659	48.957	(12.266)	-	(590.337)	3.006.013
Equipamentos de informática	20%	500.859	205.314	(32.229)	-	(212.889)	461.055
Equipamentos de segurança	10%	37.576	-	-	-	(4.336)	33.240
Veículos	20%	26.205	-	-	-	(26.205)	-
Saldo Líquido		153.322.837	2.962.854	(104.216)	(0)	(4.687.135)	151.494.340

alvarenga.org.br

Av. Nazaré, 1361
Ipiranga - São Paulo - SP
(11) 2163-1700

Imobilizado em andamento

A Associação realiza desde o exercício de 2012, diversas obras de infraestrutura para melhoria de suas edificações e instalações. A Administração decidiu por (diminuir) adotar cautela nos investimentos em 2023.

Inventário físico de ativos

Ao longo do exercício de 2023, a Associação realizou inventário físico em seu ativo imobilizado e nesse processo identificou a necessidade de baixa no montante de R\$ 95.356 (R\$ 104.216 em 2022), referentes a bens não identificados fisicamente, ou bens que não possuíam mais condições (obsoletos) de uso.

Na rubrica “Baixas e reclassificações” não houve reclassificações entre contas contábeis em 2023 no exercício anterior o valor foi de R\$ 42. 830 em 2022.

Conforme o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – “CPC 01 (R1) Redução ao Valor Recuperável de Ativos”, em 31 de dezembro de 2023, não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de impairment no valor de mercado desses bens.

9. FORNECEDORES

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Serviços médicos (a)	4.885.392	4.018.506
Materiais e medicamentos (b)	3.462.203	2.956.217
Outros fornecedores (c)	<u>1.165.132</u>	<u>1.170.142</u>
	<u>9.512.727</u>	<u>8.144.865</u>

- (a) Refere-se à provisão com repasse (honorários) de serviços médicos.
- (b) Refere-se à obrigação corrente com fornecedores de materiais (órteses, próteses e materiais especiais) e medicamentos.
- (c) Refere-se à obrigação corrente com fornecedores de materiais descartáveis, escritórios, gêneros alimentícios, manutenção, de serviços entre outros.

Os fornecedores por idade de vencimento apresentam-se da seguinte maneira:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
A vencer:	186.420	175.713
A vencer até 30 dias	4.444.946	3.066.196
A vencer de 31 a 180 dias	4.864.238	4.826.119
A vencer de 181 a 360 dias	14.806	53.917
Acima de 361 dias	<u>2.318</u>	<u>22.920</u>
	<u>9.512.727</u>	<u>8.144.865</u>

10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os empréstimos captados ocorrem para financiar o capital de giro da Associação, conforme demonstramos a seguir:

<u>Instituição Financeira</u>	<u>Contrato</u>	<u>Taxa</u>	<u>Vencimento</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Capital de giro (a)					
Banco Bradesco	301.598.618-8	18,02% a.a	29/12/2023	-	2.700.000
Banco Bradesco	016.143.23-8	16,86% a.a	15/04/2027	1.864.320	-
Banco Bradesco	016.374.98-4	16,35% a.a	30/12/2024	3.288.955	-
Banco Brasil	332.203.76-0	15,25% a.a	28/09/2027	2.015.422	-
Banco Itaú	124.293.35-8	11,56% a.a	31/01/2023	-	144.723
Banco Itaú	500.495.82-5	10,87% a.a	04/04/2024	1.447.191	2.769.062
Banco Safra	570.811-4	18,58% a.a	16/04/2024	-	3.024.547
Conta corrente com saldo negativo				-	123.151
				<u>8.615.889</u>	<u>8.761.483</u>
Circulante				8.615.889	7.063.811
Não circulante				<u>12.857.457</u>	<u>1.697.672</u>
				<u>21.473.346</u>	<u>8.761.483</u>

Os saldos dos empréstimos e financiamentos apresentam os seguintes cronogramas de vencimentos:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
2023	-	2.967.874
2024	8.615.889	5.793.609
2025	5.371.921	-
2026	4.745.098	-
2027	<u>2.740.441</u>	<u>-</u>
	<u>21.473.346</u>	<u>8.761.483</u>

A conciliação da movimentação patrimonial dos passivos financeiros com o fluxo de caixa das atividades de financiamento nas demonstrações dos fluxos de caixas estão a seguir:

Instituições Financeiras	2022	Captação	Juros Incorridos	(-) Pagto	2023
Capital de giro (a)					
Banco Bradesco	2.700.000	-	293.787	(2.993.787)	-
Banco Bradesco (i)	-	5.000.000	510.756	(694.080)	6.214.400
Banco Bradesco (ii)	-	3.000.000			3.288.956
Banco Brasil (iii)	-	8.000.000	310.600	(310.600)	10.522.800
Banco Itaú	144.723	-	-	(144.723)	-
Banco Itaú	2.769.062	-	1.023.284	(2.916.520)	1.447.191
Banco Safra	3.024.547	-	381.592	(3.406.139)	-
Outras contas correntes (*)	123.151	-	-	(123.151)	-
	8.761.483	16.000.000	2.520.019	(10.589.000)	21.473.346

Instituições Financeiras	2021	Captação	Juros Incorridos	(-) Pagto	2022
Capital de giro (a)					
Banco Bradesco (i)	-	2.700.000	-	-	2.700.000
Banco Itaú	1.152.626	-	631.663	(1.639.566)	144.723
Banco Itaú	4.867.709	-	817.736	(2.916.383)	2.769.062
Banco Safra	4.750.173	-	597.844	(2.323.470)	3.024.547
Outras contas correntes (*)	400.875	123.151	-	(400.875)	123.151
	11.171.383	2.823.151	2.047.243	(7.280.294)	8.761.483

Garantias dos empréstimos:

Os contratos (capital de giro) de empréstimo utilizados para financiar o capital de giro da Associação, possuem a mesma característica, sem cláusulas restritivas e com garantia fiduciária de (recebíveis) direitos creditórios.

Outras informações

- a) Em 20 de abril de 2023, a Associação captou junto ao Banco Bradesco, o valor de R\$ 5.000.000, o contrato prevê carência de um (1) mês, juros de 16,86% a.a., 48 prestações mensais e sucessivas, com último vencimento programado (liquidação) para 15 de abril de 2027.
- b) Em 30 de novembro de 2023, a Associação captou junto ao Banco Bradesco, o valor de R\$ 3.000.000, o contrato prevê carência de um (1) mês, juros de 16,35% a.a., 12 prestações mensais e sucessivas, com último vencimento programado (liquidação) para 30 de dezembro de 2024.
- c) Em 18 de setembro de 2023, a Associação captou junto ao Banco do Brasil, o valor de R\$ 8.000.000, o contrato prevê carência de um (1) mês, juros de 15,25% a.a., 36 prestações mensais e sucessivas, com último vencimento programado (liquidação) para 28 de setembro de 2027.
- d) Nos exercícios anteriores a 2023, os empréstimos foram demonstrados nas notas explicativas pelo valor principal. Nesta nota, foram demonstrados o valor principal e o juro de cada captação.

11. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	2023	2022
Provisão de férias e encargos	4.117.329	3.919.134
Salários a pagar	2.439.150	2.243.151
Irrf sobre folha	813.206	693.489
FGTS a recolher	406.525	380.125
Inss a recolher	341.812	284.053
Outras	63.554	77.955
Acordos trabalhistas	26.927	27.783
	8.208.503	7.625.690

Associação possuía 710 colaboradores em 31 de dezembro de 2023 (721 em 2022).

12. PARTES RELACIONADAS

Fundação Nossa Senhora Auxiliadora do Ipiranga	2023	2022
Mútuo	1.249.630	1.407.378
Circulante	157.748	157.748
Não circulante	1.091.882	1.249.630
	1.249.630	1.407.378

Conforme o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – “CPC PME (R1), Seção 33 Divulgações Sobre Partes Relacionadas”, em 21 de dezembro de 2000, a Associação Beneficente Nossa Senhora de Nazaré, firmou repactuação de mútuo no valor de R\$ 3.943.708, perante a Fundação Nossa Senhora Auxiliadora do Ipiranga, o contrato prevê, taxas de juros (simples) de 3,00% ao ano, com carência de 60 meses, em 300 parcelas mensais, com liquidação programada para 30 de junho de 2031.

O cronograma de vencimento das obrigações pode ser demonstrado da seguinte maneira:

	2023	2022
2023	-	157.748
2024	157.748	157.748
2025	157.748	157.748
2026	157.748	157.748
2027	157.748	157.748
2028	157.748	157.748
2029	157.749	157.749
2030	157.749	157.749
2031	145.392	145.392
	1.249.630	1.407.378

A conciliação da movimentação patrimonial dos passivos financeiros com o fluxo de caixa das atividades de financiamento nas demonstrações dos fluxos de caixas, estão a seguir:

Mútuo	2022	Juros Incorridos	(-) Pagto	2023
Funsai	1.407.378	35.691	(193.439)	1.249.630
Mútuo	2021	Juros Incorridos	(-) Pagto	2022
Funsai	1.581.854	40.424	(214.900)	1.407.378

Remuneração dos órgãos deliberativos

A Associação não remunera de forma direta ou indireta seus membros associados, conselheiros fiscais e diretores estatutários.

13. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Associação, apoiada na opinião de seus advogados internos e externos, constituiu provisões para cobertura das perdas consideradas como “prováveis”, nos montantes indicados a seguir:

	2023			2022		
	Saldo de Contingência	Depósitos Judiciais	Saldo Líquido	Saldo de Contingência	Depósitos Judiciais	Saldo Líquido
Cíveis	3.980.637	-	3.980.637	-	-	-
Fiscais e tributárias	-	-	-	1.392.675	-	1.392.675
Trabalhistas	1.652.409	(25.144)	1.627.265	1.022.015	(382.183)	639.832
	5.633.044	(25.144)	5.607.901	2.414.690	(382.183)	2.032.507

As contingências classificadas como “prováveis” possuem a seguinte movimentação:

	2022		2023		
	Saldo	Adição	Baixa	Atualização Monetária	Saldo final
Cíveis	3.184.944	874.016	(78.323)	-	3.980.636,5
Fiscais e tributárias	1.553.720	169.306	(1.723.026)	-	-
Trabalhistas	2.227.147	283.439	(858.177)	-	1.652.409
Dépositos judiciais	(18.002)	(12.296)	6.555	(1.400)	(25.143)
	6.947.809	1.314.464	(2.652.971)	(1.400)	5.607.901

	2021		2022		
	Saldo	Adição	Baixa	Atualização Monetária	Saldo final
Cíveis	-	3.184.944	-	-	3.184.944
Fiscais e tributárias	1.392.675	161.045	-	-	1.553.720
Trabalhistas	1.022.015	1.791.794	(586.662)	-	2.227.147
Dépositos judiciais	(382.183)	(6.148)	371.373	(1.044)	(18.002)
	2.032.507	5.131.635	(215.289)	(1.044)	6.947.809

- (a) A reversão de R\$ 1.723.026 refere-se a cobrança da Taxa de Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde (TRSS) da Prefeitura de São Paulo, classificado como possível.

- (b) Entre os processos cíveis, manteve-se o processo de nº 1026469-67.2017.8.26.0100 (operadora de plano de saúde) provisionado em 2022, no valor de R\$ 3.184.944 milhões, refere-se à ação para devolução do valor levantado a maior que 10 milhões, definido em acordo como suficiente para garantir a execução, aguardando julgamento definitivo em 3ª instância.
- (c) Entre os processos trabalhistas destaca-se o processo nº 1001308-57.2020.5.02.0039 no valor de R\$ 1.222.547, no qual o autor “requer” vínculo empregatício.

Contingências possíveis

Em 31 de dezembro de 2023, os processos em que a Associação está envolvida e que são classificados como risco de perda “**possível**”, totalizaram R\$ 17.531.522 (R\$ 23.731.676 em 2022), para os quais não houve nenhuma provisão constituída.

14. PATRIMÔNIO SOCIAL

a) Patrimônio social

Conforme estatuto social, a Associação aplica integralmente seus recursos na manutenção de seus objetivos institucionais, portanto, não distribui nenhuma parcela de seu patrimônio ou de suas rendas a título de participação no seu superávit. Dessa forma, o superávit é integralmente incorporado ao patrimônio social.

b) Ajuste de avaliação patrimonial

A reserva de reavaliação foi constituída em decorrência da reavaliação parcial de bens do ativo imobilizado, com base em laudo de avaliação elaborado por consultoria especializada no exercício de 2010. A reserva de reavaliação é realizada mensalmente conforme depreciação dos bens reavaliados contra o superávit acumulado.

Não foram constituídos imposto de renda e contribuição social diferidos em decorrência da Associação possuir imunidade tributária.

15. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2023	2022
Receita bruta		
Receita com pacientes convênios (i)	102.113.463	93.936.223
Receita com pacientes particulares (i)	11.213.459	8.972.037
Receita com aluguéis (iii)	11.702.599	10.920.471
Receita com doações (ii)	382.748	512.310
Outras receitas	294.962	1.536.618
	125.707.231	115.877.659
Deduções (i)		
Glosas efetivas	(2.362.146)	(336.336)
Descontos e cancelamentos	(1.190.139)	(499.137)
	(3.552.285)	(835.473)
Receita operacional líquida	122.154.946	115.042.186

- (i) As receitas líquida, de glosas, descontos e cancelamentos, oriundas com prestação de serviços de saúde com particulares e convênios totalizaram R\$ 113.326.922 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 102.072.787 em 2022).
- (ii) As receitas recebidas com “doações”, são reconhecidas no resultado de acordo com seu recebimento efetivo. A associação recebeu doações de pessoas físicas e jurídicas no montante de R\$ 382.748 em 2023 (R\$ 512.310 em 2022).
- (iii) O aumento na rubrica de receita com aluguel, se deve aos reajustes anuais e locação do estacionamento e lanchonete, antes administrados pela Associação.

16. DESPESA COM PESSOAL E ENCARGOS

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Salários e ordenados	(43.687.644)	(40.065.400)
Benefícios a funcionários	(5.049.381)	(5.217.556)
Encargos sociais	(4.020.064)	(3.470.307)
Verbas indenizatórias	<u>(365.841)</u>	<u>(113.711)</u>
	<u>(53.122.930)</u>	<u>(48.866.974)</u>

17. SERVIÇOS MÉDICOS, MATERIAIS E MEDICAMENTOS

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Serviços médicos	(29.226.728)	(24.066.233)
Materiais	(15.279.990)	(12.106.621)
Medicamentos	(11.168.147)	(8.442.548)
Outros (descartáveis, alimentício e outros)	<u>(2.735.542)</u>	<u>(2.344.073)</u>
	<u>(58.410.407)</u>	<u>(46.959.475)</u>

18. DESPESA ADMINISTRATIVAS E GERAIS

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Manutenções	(3.148.307)	(2.889.425)
Utilidades - água, energia elétrica e outros	(1.822.610)	(1.960.664)
Consultoria e assessoria	(1.162.652)	(897.647)
Indenizações e processos	(1.121.315)	(5.605.476)
Serviços de limpeza, lavanderia, segurança	(900.413)	(763.394)
Locações	(789.404)	(688.080)
Tributárias	(357.912)	(211.027)
Despesa e serviços de Marketing	(185.324)	(56.548)
Outras despesas	<u>(1.364.677)</u>	<u>(1.183.849)</u>
	<u>(10.852.614)</u>	<u>(14.256.110)</u>

19. OUTRAS (DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

	2023	2022
Reversão de perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa	849.027	523.876
Reversão de provisão de contingência	535.468	89.570
Perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa	(2.481.655)	(2.778.091)
Outras despesas operacionais	(35.312)	(43.763)
	(1.132.472)	(2.208.408)

20. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	2023	2022
Receitas financeiras		
Receita com aplicações financeiras	410.166	948.544
Descontos obtidos	748.737	326.974
Atualizações monetária ativa	18.737	237.205
	1.177.640	1.512.723
Despesas financeiras		
Juros de empréstimos e financiamentos	(2.642.946)	(2.047.243)
Descontos concedidos	(1.455)	(13.248)
Outras despesas financeiras	(178.778)	(122.271)
	(2.823.179)	(2.182.762)
Resultado financeiro líquido	(1.645.539)	(670.039)

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Gerenciamento de riscos financeiros

A Associação apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Associação a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Associação, as políticas e os processos para manutenção e gerenciamento de risco.

Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Associação são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Associação.

b) Risco de crédito

É o risco de prejuízo financeiro da Associação caso um cliente, contraparte ou instituições financeiras depositárias de recursos de investimentos financeiros falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de convênios e pacientes particulares.

- Caixa e equivalentes de caixa - A política de gestão de risco corporativo determina que a Associação avalie regularmente o risco associado ao seu fluxo de caixa, bem como propostas de mitigação. As estratégias de mitigação de riscos são executadas com o objetivo de reduzir os riscos com relação ao cumprimento dos compromissos assumidos pela Associação. A Associação possui aplicações financeiras em títulos de renda fixa de curto prazo que são realizadas em instituições financeiras tradicionais, consideradas de baixo risco. No que tange às instituições financeiras, a Associação somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating e aplicações em títulos de renda fixa.
- Contas a receber de clientes - Para mitigar esses riscos - A Associação adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, gerenciamento no processo de revisão prévia de glosas junto aos convênios médicos e constituição de provisão para perdas, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. Com relação aos valores a receber de convênios e particulares, a Associação constitui provisão para perdas para cobrir eventuais inadimplências. A Associação não espera que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações.

Exposição a riscos de crédito

A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	914.395	4.254.292
Créditos a receber de convênios e pacientes	37.117.759	27.911.567
Outros créditos a receber	1.764.165	1.860.549
	39.796.319	34.026.408

c) Risco de liquidez

É o risco que a Associação encontrará dificuldades em cumprir com as suas obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista, a prazo ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Associação na administração de liquidez é garantir, o máximo possível, que sempre haja recursos suficientes para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Associação.

As maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida, estão a seguir:

	Fluxos de caixa contratuais 2023			
	Valor contábil	Até 1 ano	Até 2 anos	Acima de 2 anos
Fornecedores	9.512.728	9.510.410	2.318	-
Empréstimos e financiamentos	16.692.502	5.955.029	10.737.473	-
Partes relacionadas	1.249.630	157.748	315.496	776.386
Outras contas a pagar	700.864	700.864	-	-
	28.155.724	16.324.051	11.055.287	776.386

d) Risco de mercado

É o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos da Associação no valor de suas participações em instrumentos financeiros ou na possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos serviços prestados pela Associação e dos demais insumos utilizados no processo de prestação do serviço. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da Associação.

O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo maximizar o retorno. Esse risco é mitigado uma vez que o principal componente do custo se refere aos “gastos com pessoal” fixado em moeda nacional e de acordo com os dissídios das categorias.

Com relação às taxas de juros, visando à mitigação desse tipo de risco, a Associação centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham a variação do CDI em certificado de depósito interbancário e fundo renda fixa. Nas taxas de câmbio, o risco também é mitigado, uma vez que a Associação possui reduzida parcela de aquisição de materiais em moeda estrangeira e não possui contas a receber ou aplicações em moeda estrangeira.

e) Risco de moeda

A Associação não mantém operações de empréstimos em moedas estrangeiras. A Associação não mantém operações com fornecedores em moedas estrangeira. Em 31 de dezembro de 2023 a Associação não possui nenhum contrato em aberto de *hedge* cambial.

f) Gestão de capital

A política da Associação é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do credor e manter o desenvolvimento futuro do negócio.

A Associação procura manter equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis, com níveis mais adequados de empréstimos e segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável.

g) Valor justo

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros quando comparados aos valores contábeis apresentados na demonstração financeira não apresentam variações.

22. GRATUIDADES

Conforme art. 12, inciso I, parágrafo § 1º, da Lei Complementar nº 187 de dezembro de 2021, a Associação apresenta o percentual aplicado em gratuidade, assim como a receita efetivamente recebida pela prestação de serviços de saúde:

Cálculo da Receita Efetivamente Recebida e % da Gratuidade	2023	2022
Créditos a receber de convênios e pacientes (s.i)	27.911.567	20.430.129
Receita com prestação de serviços de saúde	109.774.637	102.072.787
Créditos a receber de convênios e pacientes (s.f)	(37.117.759)	(27.911.567)
Receita efetivamente recebida pela prestação de serviços de saúde	100.568.445	94.591.349
Gratuidade necessária a aplicar 20%	20.113.689	18.918.270
Custo próprio (assumido), excedente	773.035	396.126
Gratuidade praticada nos períodos	20.886.724	19.314.396
% de Gratuidade aplicada em saúde	20,8%	20,4%

Em atendimento aos itens 13, 16 e 17 da ITG 2002 (R1) – Entidades Sem Finalidade de Lucros, e o termo de parceria nº 002/2020-SMS.G, assinado em 01 de junho de 2020, com validade até 31 de maio de 2025, apresentamos os atendimentos gratuitos no exercício de 2023:

	2023					Total
	Atendimentos Gratuitos *	Diárias e taxas	Honorários Médicos	Materiais e Medicamentos	Exames	
Paciente dia	1.952	4.655.613	627.261	1.183.172	501.262	6.967.308
Cirurgias	993	3.998.802	1.798.159	1.508.847	-	7.305.808
Atendimentos ambulatoriais	40.216	3.779.391	421.997	218.872	2.193.348	6.613.608
	43.161	12.433.806	2.847.417	2.910.891	2.694.610	20.886.724

* A quantidade de atendimentos poderá sofrer uma pequena variação, dependendo de informações ainda não divulgadas em sua totalidade na página do ministério da saúde (ciha.saude.gov.br), última consulta realizada em 20 de Março de 2024.

Filantropia

A Associação atendendo a lei nº 8.742/93 art.18, inciso IV, foi registrada no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, pelo processo nº 54.424/63 deferida em sessão realizada no dia 08 de outubro de 1963, renovado em 20 de julho de 1999, pelo processo n.º 44006.005322/97-67.

Em Fevereiro de 2021, foi protocolada renovação do Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social na Área da Saúde (CEBAS-Saúde), via portal SISCEBAS do Ministério da Saúde, processo nº 25000.141880/2021-37, sendo deferida sua renovação através da Portaria nº 169, de 13 de fevereiro de 2023, abrangendo o período de 01 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2024.

Critério de Custeio

O custeio adotado pela Associação é o custeio por absorção, também conhecido como custo integral, é aquele que se faz debitar ao custo dos serviços (produtos), todos os custos da área sejam esses custos definidos como custos diretos ou indiretos, fixos ou variáveis, de estrutura ou operacionais. O procedimento é fazer com que cada serviço absorva parcela dos custos diretos e indiretos, relacionados à prestação de serviços.

23. RENÚNCIA FISCAL

Em atendimento ao item 27, letra “c” da ITG 2002 (R1) - Entidade Sem Finalidade de Lucros, a Associação apresenta a seguir a relação dos tributos, objetos de renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023:

- IRPJ (Imposto de Renda da Pessoa Jurídica)
- ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza)
- IPVA (Imposto sobre propriedade de veículos automotores)
- COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) sobre as receitas próprias
- COTA PATRONAL (INSS)
- CSLL (Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido)
- PIS (Programa de Integração Social)

24. CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS USUFRUÍDAS

Conforme art. 3º e 4º da Lei Complementar nº 187, de dezembro de 2021, e em atendimento a Portaria de Consolidação GM/MS nº 1 de setembro de 2017, em seu art. 169, inciso IX, alínea “d”, demonstramos a seguir os “benefícios fiscais usufruídos”:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
PIS	421.819	386.788
Cofins	3.399.808	3.087.248
Cota Patronal (INSS) *	<u>12.145.165</u>	<u>11.138.250</u>
Inss Patronal - 20%	(8.737.529)	8.013.149
R.A.T - 2%	(873.753)	801.308
Terceiros - 5,8%	(2.533.883)	2.323.793
	<u><u>15.966.792</u></u>	<u><u>14.612.286</u></u>

(*) INSS 20%, Sesc 1,5%, Senac 1%, Sebrae 0,60%, Incra 0,20%, Salário Educação 2,5%, e Seguros Contra Riscos e Acidentes 2%.

25. TRABALHO VOLUNTÁRIO

De acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – “CPC 46 Mensuração ao Valor Justo”, as receitas com trabalho voluntário, quando existentes, são mensuradas pelo seu valor justo e leva-se em consideração os montantes que haveria de pagar, se ocorresse desembolso (caixa) financeiro na contratação desses serviços em mercado similar.

Em atendimento ao item 19 da ITG 2002 (R1) - Entidades Sem Finalidade de Lucros, a Associação valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes dos órgãos estatutários. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício como receita no grupo de receitas operacionais em contrapartida nas despesas operacionais. A Associação recebeu trabalhos voluntários, conforme o quadro a seguir:

	2023			2022		
	Horas	Valor/hora	Total	Horas	Valor/Hora	Total
Associados	137	155	21.276	53	139	7.367
Conselho fiscal	11	155	1.708	24	139	3.336
Diretória estatutária	760	155	118.028	813	139	113.007
	908	466	141.013	890	417	123.710

26. COBERTURA DE SEGUROS (não auditado)

A Associação adota a política de contratar seguros, cujas coberturas são consideradas suficientes pela Administração, para assegurar a reposição dos bens e a continuidade operacional de suas atividades, em caso de sinistros. As premissas de riscos adotadas e suas respectivas coberturas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas por nossos auditores independentes.

27. EVENTOS SUBSEQUENTES

Até o encerramento das demonstrações financeiras, não ocorreram quaisquer eventos subsequentes que pudessem alterar de forma significativa as Demonstrações Financeiras apresentadas, ou fazer qualquer menção em Notas Explicativas.

CONTABILIDADE

DocuSigned by:
FLÁVIO RODRIGUES
E40F7114265112
Flávio Rodrigues Lino de Arruda
Contador - CRC 1SP 295897/O-7

DIRETORIA EXECUTIVA

DocuSigned by:
Eduardo Halfen Grill
FDDC410441205150
Eduardo Halfen Grill
Superintendente

DocuSigned by:
Suetônio Monteiro dos Santos
A2F7E5E09C110120
Suetônio Monteiro dos Santos
Diretor Financeiro

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

DocuSigned by:
Roberto Franchini
AF5A32AC5E5112
Roberto Franchini
Diretor Geral

(***)